

GRAMÁTICA, CONCEPÇÕES DE LÍNGUA E ARGUMENTAÇÃO: O TRABALHO COM AS CONJUNÇÕES COORDENATIVAS ADVERSATIVAS NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Marcos Antônio da Silva (UFPB/PROLING) – sambiar@ig.com.br
Ana Carolina Vieira Bastos (UFPB/PROLING) – acvbastos@uol.com.br

INTRODUÇÃO

A forma como o docente exerce sua prática diária tem relação direta com a concepção de língua por ele adotada. Suas crenças com relação ao papel de aluno, professor, material didático, assim como a concepção de aprendizagem e de língua guiam todas as suas ações para a consecução dos objetivos previamente traçados.

Muitas das concepções de língua adotadas e, conseqüentemente, de gramática, estão estreitamente ligadas aos estudos linguísticos empreendidos por estruturalistas, para os quais a língua é estudada isoladamente do contexto de produção, ou seja, enquanto sentenças abstratas.

Entretanto, de acordo com Bakhtin (1997), o indivíduo utiliza-se da língua e, por meio dela, interage no meio social no qual habita. Assim, para esse autor, a língua é vista como processo interacional entre os indivíduos de um grupo social. O professor que se alinha a essa perspectiva, seguramente desenvolve um trabalho nas aulas de língua portuguesa no qual o ensino da gramática se dá como uma continuidade do ensino da língua, ou seja, um ensino não pautado apenas na definição de termos e classificação de palavras.

Segundo Martins (2006), há uma forte crença, em relação ao trabalho com a gramática, de que se esta não for estudada de forma explícita, os alunos não saberão falar tampouco escrever adequadamente. Assim sendo, a prática de ensino classificatório, que preza apenas pelo estudo de definições, nomenclatura e funções dos termos da língua portuguesa continua se fazendo presente nas salas de aula. Conseqüentemente, a importância dos usos e dos sentidos de alguns elementos, às vezes, parece estar distante das produções textuais. Diante desses fatos, pergunta-se de que forma um trabalho com a gramática, baseado no ensino de regras da língua, formará seres pensantes e atuantes na sociedade.

Sobre o conteúdo “conjunções coordenativas adversativas”, tradicionalmente, as gramáticas e os manuais didáticos apresentam conceitos bem semelhantes para os elementos “mas, porém, todavia, entretanto, no entanto etc.”

Cegalla (1995, p. 245) afirma que as conjunções adversativas são aquelas que “[...] exprimem oposição, contraste, ressalva e compensação” e nos dá como exemplo a oração “Querem ter dinheiro(1), mas não trabalham(2)”, na qual, para o autor, há uma relação de oposição/contraste.

A função dessas conjunções, no interior de um texto, parece-nos que não se restringe apenas à de ligar ou de unir termos ou orações equivalentes. Assim, Koch (2007, p. 31-32), ao classificar os operadores, com base na Teoria da Argumentação na Língua, postulada por Ducrot e colaboradores (1988), explicita que a teoria da argumentação denomina esses elementos de “[...] operadores que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias.” Eis, assim, o papel de tais elementos: orientar os enunciados para conclusões contrárias.

Com essas breves palavras, pretendemos introduzir o nosso pensamento a respeito do ensino de língua portuguesa (LP) e de gramática. Intentamos, nesse artigo, analisar recortes de produções textuais de alunos do ensino fundamental, buscando discutir e refletir sobre o uso das conjunções coordenativas adversativas ou, conforme a teoria da argumentação, os *operadores argumentativos*.

METODOLOGIA

As produções aqui analisadas, apresentadas apenas em forma de recorte, foram coletadas no primeiro semestre de 2012, em turmas do nono ano do ensino fundamental, durante as aulas de produção textual, de uma escola pública da cidade de João Pessoa - PB e não sofreram quaisquer correções, sendo preservadas as produções originais dos alunos.

As análises empreendidas são de caráter qualitativo e nos apoiamos nos postulados apresentados por Ducrot e colaboradores (1988), com a Teoria da Argumentação da Língua, para quem a língua possui elementos, na sua própria estrutura, que orientam os enunciados para determinadas conclusões.

Dessa forma, realizamos uma análise semântico-argumentativa das conjunções coordenativas adversativas (ou operadores argumentativos), observando as orientações argumentativas apresentadas por esses elementos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados aqui apresentados se basearão nas análises por nós empreendidas. Assim, exporemos inicialmente alguns recortes dos textos analisados e posteriormente teceremos alguns comentários e algumas as implicações para o ensino de produção de textos.

Vejamos um exemplo:

Texto 01:

[...]
Hoje em dia acontece vários casos de abusos com crianças e adolescentes no País, **mas** podemos evitar isso. **Embora** isso venha acontecendo constantemente nós podemos tomar as providências entregando o caso Para a Policia hoje o casos que imprecionam a População de tios, avos, pais e vizinhos que abusam de crianças enocentes tem crianças que ficam traumatizadas com essas agressões [...] (SIC)(Grifo nosso).

Com base no texto 01, verificamos que o aluno utilizou o operador *mas* para introduzir um argumento que orientará o enunciado para conclusões contrárias. Tendo como base apenas a primeira proposição, é possível concluir que “O abuso contra crianças e adolescentes é numeroso no país”. Quando inicia a segunda proposição, o aluno mostra seu ponto de vista e possibilita ao leitor concluir que “O cenário pode ser transformado”. Assim, o aluno apresenta argumentos e impõe seu ponto de vista, de que “Algo pode ser feito para mudar a situação”.

Com a utilização do operador *embora*, o aluno antecipa o argumento de que os abusos são constantes, que poderia levar à conclusão de que “Nada pode ser feito”. No entanto, quando apresenta o argumento de que “podemos tomar as providências entregando o caso Para a Policia ...” possibilita ao leitor elaborar outra conclusão, a de que “Algo pode ser feito”, oposta àquela elaborada anteriormente. Mais uma vez, os operadores orientam para conclusões opostas.

Texto 02:

[...]
Pra mim, falar de política é assunto muito sério, como qualquer outro que venha envolver representantes do nosso bairro, nossa cidade etc.
No entanto, ainda existe pessoas que não sabem lidar com responsabilidade o seu voto. (SIC.) (Grifo nosso).

O aluno/locutor do texto 02 apresenta no primeiro parágrafo do texto um argumento que leva à seguinte conclusão: “Há pessoas que tratam a política com seriedade”. Ao iniciar a segunda proposição com o operador *no entanto* e apresentar um outro argumento, o leitor precisará elaborar outra conclusão: “Há pessoas que não tratam a política com seriedade”. Assim como no texto 01, aqui no exemplo do texto 02, as duas conclusões é que são opostas, e não as orações.

Texto 03:

[...]
Eu já li no colégio que eu estudava. Não gosto de ler não **mais** se for para tarefa até que eu fazo. algum e até bom porque fala muitas coisa (SIC) (Grifo nosso).

Na ocorrência do texto 03, embora tenha apresentado uma inadequação do ponto de vista da estrutura, o aluno/locutor do texto conferiu ao operador a função de opor conclusões. Vejamos que quando o aluno apresenta que não gosta de ler, é possível concluir que o mesmo “Lê muito pouco”. Quando informa “mais se for para tarefa até que eu fazo”, leva seu interlocutor a concluir que “O aluno lê um pouco (ainda que seja por obrigação)”. São, portanto, conclusões contrárias. Como afirmado, o aluno fez uma substituição de “mas” por “mais”. A inadequação ocorre apenas em nível ortográfico, uma vez que a noção de oposição está presente na estrutura do enunciado.

Assim, com base nessa breve apresentação das análises, é possível dizer que, longe do que apresentam as gramáticas sobre a função das conjunções coordenativas adversativas, apenas com o papel de ligar ou unir termos sintaticamente equivalentes, os alunos fazem um uso bem mais amplo dessas conjunções. No caso do exemplo 02, percebemos que o operador *no entanto*, além de orientar o enunciado para conclusões opostas, ligou porções textuais ou parágrafos, e não simplesmente termos com mesmo valor sintático.

Retomando, pois, o que aponta Martins (2006), podemos afirmar que a não consideração, por parte dos docentes, das funções reais dessas estruturas e dos efeitos de sentidos que essas conjunções (esses operadores) possibilitam aos enunciados pode dificultar a leitura e a produção de textos, transformando o ensino de gramática em momentos de classificação de nomenclaturas, além de não

propiciar aos alunos a descoberta dos sentidos dos textos e as intenções dos produtores textuais. Daí sua importância, no ensino e no uso, pois, como vimos, esses elementos atuam argumentativamente nos textos produzidos diariamente.

CONCLUSÃO

Ensinar regras gramaticais não é ensinar língua. As análises semântico-argumentativas apresentadas aqui demonstraram que os elementos (operadores/conjunções) funcionam orientando os enunciados para determinadas e possíveis conclusões. Assim sendo, o uso dessas estruturas vai além da simples função de unir orações.

Dessa forma, é preciso ampliar os horizontes no que se refere ao ensino de língua portuguesa, sendo necessário o conhecimento, pelo professor, do seu objeto de ensino como condição de essencial importância para a realização do seu trabalho efetivo.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de linguagem sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- CEGALA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Nacional, 1995.
- GERALDI, J. W. (Org.) **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2006.
- KOCH, I. G. V. **A interação pela linguagem**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- MARTINS, Iara F. Melo. Gramática e funcionalidade na escola: algumas reflexões. In: SILVA, C. R; HORA, Dermeval da; CHRISTIANO, M ELIZABETH A (Orgs). **Linguística e práticas pedagógicas** (pp. 107-117). Santa Maria: Pallotti, 2006.